



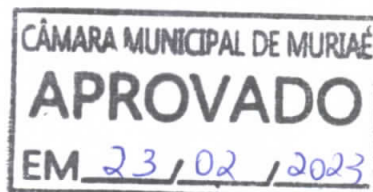
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 45/2023



I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 45/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que visa acrescentar dispositivo à Lei Municipal nº 6.404 de 15 de julho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ementa: “Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 6.404 de 15 de julho de 2022.”

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos arts. 65, 66, 67, 68 VII, 71, 72 VII e art. 89, todos do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei visa incluir alteração no anexo III da Lei nº 6.404/2022, para acrescer Projeto de atividade: 2.457 – SUBVENÇÕES A ENTIDADES – Portaria 96/23.

Como regra, a iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e, na forma da lei, aos cidadãos, conforme estabelecem os arts. 76 e 78 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Entretanto, há matérias de iniciativa privativa do Prefeito, consoante prevê o art. 77 e 114 da LOM. Lê-se no dispositivo que:

"Art. 77. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II – do Prefeito:

f) as diretrizes orçamentárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, resta cumprida a iniciativa do projeto de autoria do Prefeito.

Quanto à espécie normativa, a Lei Orgânica do Município de Muriaé impõe a determinadas matérias taxativamente previstas no § 2º do art. 76, impondo-lhe o regramento da lei complementar, senão vejamos:

"Art. 76.

§ 2º. Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

I – o Plano Diretor;

II – o Código Tributário;

III – o Código de Obras;

IV – o Código de Postura;

V – o Estatuto dos Servidores Públicos e do Magistério Municipal;

VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;

VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos."

A matéria em exame não figura entre aquelas pertinentes à lei complementar, sendo admissível que a proposição siga pela espécie normativa ordinária.

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinárias são aprovadas por *quóruns* diferenciados.

A lei ordinária submete-se ao quórum de maioria simples, *ex vi* do disposto no caput do art. 61 da Lei Orgânica:

"Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas, nas votações normais, por maioria dos membros presentes à reunião, salvo os casos previstos nesta lei."

No que tange à competência legislativa do Município, a proposição acha-se amparada pelos arts. 30, inciso I, da Constituição da República, art. 171, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, vejamos:

"Art. 30. *Compete aos Municípios:*

I – legislar sobre assuntos de interesse local;"



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 171 – Ao município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local;”

“Art. 114 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

Quanto ao mérito da propositura, entende-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual.

No caso em apreço, a inserção da nova meta refere-se aos municípios, dentre eles Muriaé, que deverão priorizar o custeio das entidades filantrópicas com os saldos constantes nas contas abertas dos antigos blocos de financiamento (anteriores a janeiro de 2018) a serem aplicados no custeio das entidades filantrópicas estabelecidas na Portaria do Ministério de Saúde.

Diante do exposto e conforme o que foi analisado, conclui-se que a proposição atende ao interesse público e, sob o prisma orçamentário, é adequada e de salutar importância para o Município.

CONCLUSÃO


Ante o exposto, entendemos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, nos termos da fundamentação, e considerando que está presente o relevante interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei, concluimos o voto pela aprovação do projeto.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 23 de fevereiro de 2023.

Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:


ADEMAR CAMERINO

Vereador


**RANGEL MARTINO DE OLIVEIRA
PAIVA**
Vereador


DEVAIL GOMES CORREA
Vereador

ELVANDRO MACIEL DA SILVA
Vereador Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 045/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 045/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 6.404 de 15 de julho de 2022”.

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual. No caso em apreço, a inserção da nova meta refere-se aos municípios, dentre eles Muriaé, que deverão priorizar o custeio das entidades filantrópicas com os saldos constantes nas contas abertas dos antigos blocos de financiamento (anteriores a janeiro de 2018) a serem aplicados no custeio das entidades filantrópicas estabelecidas na Portaria do Ministério de Saúde.”

(...)”

É o relatório.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de contas, bem como a Comissão de Saúde e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, VI e IX e arts. 160 e 170 do Regimento Interno e demais disposições legais e constitucionais pertinentes, assim se manifestam.

II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Observa-se o disposto no art. 116 e 170 do Regimento Interno:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 116 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por Comissão Permanente da Câmara, com competência para:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas, exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação nas demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas à Comissão Permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciá-las-ão na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou projeto que o modifique somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívidas ou;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões, ou;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 4º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação no projeto a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta.”

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1o - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2o. No Plenário o projeto é submetido à 1a (primeira) discussão, podendo ser:

- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas reuniões subsequentes, ir à 2a e 3a votações;

III. DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição tem por escopo acrescentar dispositivo à Lei Municipal nº 6.404 de 15 de julho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o processo com voto favorável.

IV – DO PARECER FINAL

Ante o exposto, estas Comissões considerando o elevado grau de importância da matéria versada no projeto em análise e constatando a relevância do que nele se propõe, opina pela aprovação do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 23 de fevereiro de 2023.

Membros da Comissão de Saúde e Saneamento Básico:

FREDERICO FARIA SILVA



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Vereador

REGINALDO DE SOUZA RORIZ

Vereador

ELVANDRO MACIEL DA SILVA

Vereador

Membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

ADEMAR CAMERINO

Vereador

ELVANDRO MACIEL DA SILVA

Vereador

REGINALDO DE SOUZA RORIZ

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 045/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 045/2023, de autoria do Poder Executivo.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 6.404 de 15 de julho de 2022”.

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual. No caso em apreço, a inserção da nova meta refere-se aos municípios, dentre eles Muriaé, que deverão priorizar o custeio das entidades filantrópicas com os saldos constantes nas contas abertas dos antigos blocos de financiamento (anteriores a janeiro de 2018) a serem aplicados no custeio das entidades filantrópicas estabelecidas na Portaria do Ministério de Saúde.”

É o relatório.

A Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, III, assim se manifesta:

II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Observa-se o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)"

III. DA REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO

Ao analisar o presente projeto, a Comissão verificou a redação do mesmo, nos termos do art. 239 da Lei Orgânica e, tendo sido o mesmo aprovado sem emendas, deverá prosseguir a tramitação da proposta nos moldes do art. 170, §5º do Regimento Interno.

IV – DO PARECER FINAL

Ante o exposto, esta Comissão de Redação e Assuntos Diversos conclui pela regularidade da redação da proposta e desnecessidade de realização das correções de que trata o art. 240 do Regimento Interno, opinando pela tramitação conforme deliberado em Plenário, com a consequente remessa para a Secretaria da Casa para fins de se proceder às publicações necessárias e remessa ao Poder Executivo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 23 de fevereiro de 2023.

Membros da Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

ANTONIO AFONSO S. TOMAZ
Vereador

ADEMAR CAMERINO
Vereador

VANDERLEI LUIZ LOPES
Vereador